

ENTREVISTA // PATRUS ANANIAS

O ministro de Lula que comanda o Bolsa Família diz que a direção do partido se distanciou das bases

ALON FEUERWERKER
E FERNANDA ODILLA
DA EQUIPE DO CORREIO

Na Esplanada, o discurso do ministro Patrus Ananias, responsável pela pasta do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, está 100% alinhado com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O petista mineiro defende a ampliação da

aliança com o PMDB, não vê obrigatoriedade de o PT lançar candidato nas eleições presidenciais de 2010 e se recusa a colocar questões regionais acima do projeto nacional. "Eu defendo que nós consideremos sempre a possibilidade de fazer boas alianças. Isso não obriga a que o PT seja necessariamente cabeça de chapa", posiciona-se.

Ainda assim, Patrus, como militante petista, garante que vai apoiar o

candidato do partido. No Palácio do Planalto, há quem assegure que ele faz parte do grupo dos quatro — junto com Dilma Rousseff, Jaques Wagner e Ciro Gomes — que estão hoje na cabeça do presidente Lula como as melhores opções para a Presidência da República nas próximas eleições. Dentro do PT, Patrus é encarado por muitos como o melhor nome para suceder Lula. Ao ouvir isso, o ministro brinca. "Estou

mais para presidente do Sossego", desconfessa. Sossego é o nome da chácara dele em Casa Branca, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, onde se refugia para ler e descansar quando consegue interromper a rotina de trabalho e viagens pelo ministério.

As próximas eleições presidenciais, na avaliação do ex-prefeito de Belo Horizonte e ex-deputado federal, só devem começar a ser discutidas em 2009.

Agora, ele está preocupado com o próprio partido. "O PT precisa fazer uma autocrítica mais rigorosa", avalia. Na relação de prioridades para os petistas, o ministro lista três: maior aproximação da direção com as bases, transparência na aplicação dos recursos partidários e investimento na formação política de filiados e simpatizantes. Patrus Ananias falou ao **Correio** na última sexta-feira em seu gabinete.

Autocrítica rigorosa para o PT

O senhor esteve recentemente na China. Vai se implantar lá uma modalidade do Bolsa Família?

Está em discussão. Foi um encontro realizado com o patrocínio do governo chinês e de uma ONG dos Estados Unidos para discutir a questão da fome e da pobreza no mundo. Coincidiu com o congresso do Partido Comunista chinês.

Os chineses estão muito preocupados com a questão da desigualdade social...

Sim. Há um crescimento econômico muito grande, mas a distância social está aumentando muito. A China tem 6 mil anos, é preciso muita humildade para falar da China. É um mundo sobre o qual sabemos muito pouco. Com o processo de privatização das empresas, os trabalhadores perderam garantias, e o Estado perdeu também uma boa parte da capacidade de investimento na área social, especialmente na saúde e na educação. Eu tive conversas muito boas com o embaixador da China no Brasil, e ele me convidou para ir até lá falar sobre os programas do ministério. Sabem que precisam fazer investimentos e interessa a eles o modelo brasileiro. Esse modelo mais abrangente de políticas públicas integradas desperta o interesse dos chineses. Eles têm paciência, não fazem as coisas com pressa não.

Com que outros países o senhor teve esse tipo de aproximação?

Fiquei muito bem impressionado com projetos e ações concretas do governo do Equador, que tem menos de um ano. Acertamos um termo de cooperação. O tema desse encontro de cúpula ibero-americano (realizado no Chile, no início deste mês) foi a questão social. Foi um encontro muito representativo que não pode ficar reduzido ao incidente final do rei (Juan Carlos, da Espanha) com o presidente Hugo Chávez (da Venezuela). A área social foi recolocada no cenário. A concepção de que o econômico, por si só, produz uma sociedade mais justa me parece definitivamente superada. Temos que ter políticas sociais que promovam a inclusão e a justiça social. Mantemos diálogos com todos os países e um nível de cooperação mais específico com a Guatemala, na questão da segurança alimentar, e com o Peru. Com o Haiti também.

Existe uma discussão dentro do PT sobre a relação do partido com o governo e com o presidente. É uma discussão que desemboca na definição do PT sobre a candidatura própria em 2010. Como o senhor vê a situação atual do PT e para onde o partido vai caminhar?

O PT precisa fazer uma autocrítica mais rigorosa. Eu estive no Congresso (do PT), lutei para ser delegado. Defendi a implantação no partido de um código de ética, que foi aprovado por aclamação. É um assunto que precisa ser recolocado com muita força dentro do PT. Vivemos momentos que impõem reflexões e ações concretas. Eu defendo que o PT implante, como fizemos com tanto êxito nas prefeituras, o orçamento participativo. Que os recursos do partido sejam discutidos com as pessoas que contribuem.

O senhor falou em autocrítica. Sobre o que o partido precisa refletir?

Em relação ao que nós vivemos, aos fatos do passado recente, de 2005

Paulo H. Carvalho/CB - 6/3/07



“ EU SOU UM NACIONALISTA, NO SENTIDO BOM DA PALAVRA. EU TENHO REFLETIDO MUITO SOBRE A IMPORTÂNCIA DE PROMOVER O DESENVOLVIMENTO MAIS DESCONCENTRADO E IGUALITÁRIO. IMPLICA TAMBÉM DISTRIBUIR, ALÉM DO PODER ECONÔMICO, O PODER POLÍTICO ”

e 2006. Não temos que ficar jogando pedra no passado. O partido não é um tribunal inquisitório. Os fatos estão sendo processados pelos canais competentes. A partir do que aconteceu, temos que olhar para frente e aprender com os erros. Sem entrar no mérito das questões, que vão ser julgadas ainda, alguns fatos ficaram notórios. Houve descolamento da direção com as bases partidárias, não houve e não há uma maior transparência na discussão sobre os recursos. Eu, que contribuo regularmente, nunca participei de um debate sobre as prioridades do partido. Houve um esvaziamento do partido no campo da formação política. Nos anos 80, fui secretário-geral e presidente do PT em Minas. Tínhamos um trabalho

forte de formação. Fui muitas vezes ao interior para capacitar pessoas e discutir temas. Isso não está acontecendo no partido. Não há uma estratégia para capacitar bem — não só os que tenham mandato —, para participar dos grandes debates.

Parece consenso dentro do partido que o PT deseja um candidato próprio a presidente em 2010. Na sua opinião, pelo ângulo desse processo de autocrítica e retomada dos valores do partido, como deveria ser a discussão do projeto do partido para o pós-Lula?

Em princípio, devo apoiar o candidato que o PT estiver apoiando, seja no plano municipal ou nacional.

Eu defendo que nós consideremos sempre a possibilidade de fazer boas alianças. Isso não obriga a que o PT seja necessariamente cabeça de chapa. É a minha posição. Nós vivemos numa sociedade diferenciada, complexa, democrática. Não somos donos da verdade nem maioria no país. Para nós governarmos o Brasil, sob a liderança do presidente Lula, tivemos que fazer, estamos fazendo e é bom que façamos alianças com outros partidos. É bom para a democracia alianças com outros partidos, outras forças políticas, econômicas e sociais. Temos que ter uma interlocução ampla e aberta.

Há um momento ideal para o partido definir se quer e se vai ter

candidato próprio? Quando essa decisão deve ser tomada?

Seguramente depois de 2008. Cada coisa a seu tempo. Temos um processo eleitoral ano que vem. Para esse sim está na hora de discutir nomes, alianças, conteúdos, programas de campanha. É razoável e faz parte do processo, que nós nos mobilizemos em torno das eleições municipais. As prefeituras são hoje atores muito importantes nos programas do governo. A partir de 2009, achamos razoável pensar nas eleições de 2010.

Quais são as forças políticas que o senhor considera as mais próximas e com as quais seria mais natural se pensar numa aliança neste momento?

Penso que deveríamos estar sempre abertos ao diálogo e buscar os pontos de convergência. Eu, por exemplo, tenho bons interlocutores dentro do PSDB. Eu quero manter e trabalhar perspectivas futuras de ações. Para não fugir à pergunta, acho que devemos manter, aprofundar e discutir a aliança com o PMDB. É um partido diferenciado, muito enraizado no Brasil. Está presente em todo o país. Nas suas diferenças e nas suas contradições, que fazem parte, é muito representativo. Não é um acerto automático. Mas, nas bases, nas cidades que tenho visitado, o encontro (PT-PMDB) é cada vez maior. Tem também os partidos com uma linha mais próximas do PT, com os quais devemos manter uma aliança e um diálogo preferencial: o PCdoB, o PSB e o PDT.

O PMDB daria a capilaridade necessária...

Sim. Além disso, o PT também tem conversado muito em alguns lugares com o PSDB. Tem alguns partidos menores que temos que trabalhar até pela simbologia do nome, como o Partido Verde.

Uma última pergunta, qual é o papel da política regional na definição das candidaturas nacionais para 2010?

Nós temos que vincular as políticas de desenvolvimento regional ao projeto nacional. Não podemos deixar as questões regionais, por mais justas e legítimas que sejam, se colocarem acima dessa perspectiva. Estava uma vez no Congresso, em 2003, discutindo a reforma tributária. Um deputado me disse que colocava os interesses do estado dele acima dos do Brasil. Eu confesso que levei um susto. Impactou-me. Se for assim, o país não se mantém. Eu sou um nacionalista, no sentido bom da palavra. Eu tenho refletido muito sobre a importância de promover o desenvolvimento mais desconcentrado e igualitário. Implica também distribuir, além do poder econômico, o poder político.

Especificamente, qual é o papel que o senhor vê para Minas Gerais?

Minas Gerais é um estado muito importante na construção do Brasil. Pessoas insuspeitas falam isso, como Jacques Lambert, que no livro *Os Dois Brasís* põe Minas Gerais como um estado-síntese do Brasil, que melhor traduz o país. É um estado que tem uma integração com praticamente todas as regiões. É um estado que incorpora muito a diversidade nacional. Na formulação e implantação de um grande projeto nacional, que considera o país nas suas múltiplas dimensões, a presença de Minas é fundamental.